

Uma guerra injustificada



Militares equatorianos comemoram o anúncio de cessar-fogo conseguido após duras negociações

O frágil cessar-fogo, que conseguiram com um grande esforço diplomático os países avalistas do Protocolo do Rio de Janeiro, pode levar à mesa de negociações os governos do Peru e Equador

A explosão de um conflito armado entre Peru e Equador, cujas forças entraram em combate durante três semanas com um saldo que pode chegar a 500 mortos, não surpreende apenas pelo absurdo da ocasião em que foi feito, mas porque, além disso, escolheram como palco de confronto um dos cenários naturais mais apreciados do mundo: a floresta amazônica.

Às vésperas do século XXI, depois do fim da Guerra Fria e em um momento no qual se consolidam na América os processos de integração no Mercosul, o Pacto Andino – ao qual pertencem os dois países em conflito –, Nafta (tratado de livre comércio entre Estados Unidos, México e Canadá), a guerra na Cordilheira do Condor parece absurda e sem razões históricas que a justifiquem.

Ambos os países, no entanto, mantêm uma centenária disputa pela soberania de um trecho de 78 quilômetros na zona de Coangos, parte de uma fronteira comum de mais de 1.600 quilôme-

tros. Essa disputa os levou, durante os últimos 50 anos, a envolver-se em guerras e manter um estado de tensão quase permanente desde 1941. Foi nesse ano que houve um sangrento confronto militar cuja vitória se atribui ao Peru. Segundo fontes do Equador, a guerra de 1941 teria ocasionado a perda de 200 mil quilômetros de seu território na Amazônia e bloqueado a saída para o rio Maranhão.

A ação solidária dos países americanos permitiu conseguir a paz em 1942. E foi, então, assinado o Protocolo do Rio de Janeiro que contou com quatro países avalistas: Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos. Este Protocolo estabelece um traçado da linha fronteira que modificou o anterior, fixado em 1830, e que havia sido impugnado na época pela República do Peru.

O árbitro do Protocolo foi o especialista brasileiro Dias de Aguiar que recebeu apoio técnico dos Estados Unidos na forma de levantamento aerofotográfico. Nos anos que se seguiram chegou

Conflito leva mais de 500 anos

Um ex-diplomata argentino, que serviu como embaixador no Peru e conhece profundamente a área de conflito, explica que quando Pizarro chegou à América já encontrou os incas divididos e mergulhados numa guerra civil.

Lutavam pelo controle do império, Huascar, o rei de Cusco – o que depois viria a ser o Peru –, o favorito da aristocracia, e seu irmão Atahualpa, rei de Quito, o favorito do exército. Huascar, de certa forma, era o herdeiro legítimo e Atahualpa era o mais questionado. Mas seu pai, o inca Huaina Capacen, no seu leito de morte, dividiu o império entre os dois e isso originou a guerra civil entre Quito e Cusco. “Este antecedente nos dá uma referência de mais ou menos 500 anos para entender este conflito”, afirma o ex-diplomata argentino.

A Espanha, por sua vez, trazia o peso da sua própria guerra civil. Porque os *pizarristas* enfrentavam os homens de Almagro, o outro conquistador ibérico, que estava no Chile. Ou seja, nesta região houve, naquele remoto momento da conquista espanhola, uma dupla guerra civil: a do invasor que vinha dividido da Europa e a dos incas, que lutavam entre si.

Segundo especialistas na história da região e antropólogos, no Equador e no Peru havia entre 40 e 50 diferentes nações indígenas. O império (inca) unificava estas nações do ponto de vista de um Estado central, mas elas mantinham seu próprio idioma, sua cultura, sua religião. Por isso quando o império dos incas desmorona, explodem inúmeros confrontos, porque o Estado que estava por trás das tribos era um Estado praticamente feudal, não-organizado em nações. E o problema das fronteiras entre diferentes etnias atingiu um grau de enorme belicosidade, que desencadeou muitas guerras.

a ser demarcada a quase totalidade da fronteira através de uma linha divisória de águas entre os rios Zamora e Santiago. Só que ao chegar no alto da Cordilheira do Condor, onde a demarcação se viu dificultada pelas próprias condições geográficas, os técnicos se depararam com a existência de um terceiro e caudaloso rio. A nova bacia hidrográfica descoberta, com mais de 190 quilômetros de extensão, pertencia ao rio Cénepa, um afluente direto do Maranhão, o qual por sua vez desemboca no Amazonas através do Napo.

Com a faca no peito – Os demarcadores se encontraram, desta forma, com o que se denominou *um erro geográfico essencial*, já que o Protocolo do Rio de Janeiro estabelecia uma solução para a disputa que não previa a existência do rio Cénepa. Desde então, as tarefas da Comissão Mista Equatoriana-Peruana, encarregada de demarcar os limites entre os dois países, estão paralisadas.

Nos primeiros anos da década de 60, durante a presidência de Velazco Ibarra, o Equador denunciou a validade do Protocolo do Rio de Janeiro, alegando que “o Equador jamais aceitará como legal e justo permanecer entre o mar e o oriente amazônico... Os tratados que são celebrados com a faca no peito dos contratantes são nulos segundo as normas panamericanas”. Enquanto para o Equador o Tratado passou a ser *inexecutável*, o Peru sustentou sua total validade.

Esta situação foi geradora de permanentes tensões e confrontos armados na fronteira: em 1981, houve um

confronto militar que durou quatro dias. Em 1991, o presidente equatoriano Rodrigo Borja propôs ao Peru o nome do papa João Paulo II como árbitro da disputa, o que não foi aceito pelo presidente Alberto Fujimori. Em 1994, o embaixador do Peru em Quito divulgou uma pesquisa de opinião que indicava o reconhecimento da maioria dos equatorianos da validade do Protocolo do Rio, o que gerou tensões diplomáticas.

Esta situação de tensões se prolongou até janeiro de 1995, quando os dois países voltaram a entrar em combate durante três semanas, com um saldo de quase 500 mortos e denúncias de utilização de armas químicas pelos dois lados.

O cessar-fogo só foi conseguido após árduas negociações - promovidas pelos quatro países avalistas do Protocolo do Rio -, realizadas primeiro no Rio de Janeiro e, em fins de fevereiro, em Montevideu.

Herança do traçado hispânico –

Para alguns analistas em assuntos de defesa, o histórico traçado colonial das províncias nos vice-reinados espanhóis é o responsável por quase todas as disputas fronteiriças ainda pendentes na América Latina, que são mais frequentes do que normalmente se imagina.

Para o brigadeiro Sérgio Ferolla, comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil, no caso dos países amazônicos devem somar-se aos complexos antecedentes históricos as dificuldades geográficas e a comprovação cada vez mais evidente das enormes riquezas minerais existentes na selva.



Soldados da Marinha peruana, próximo à zona de litígio



Um militar equatoriano se despede de seus companheiros que partem para a frente de guerra. Abaixo, tropas peruanas rumo à fronteira com o Equador



Ferolla considera que um dos maiores desafios da América Latina neste momento é encontrar uma via diplomática de solução para *todos* os seus problemas limítrofes.

O militar brasileiro adverte que as disputas fronteiriças "devem ser resolvidas" pela negociação, mas de forma efetiva. Não podem ficar para "algum dia", porque desta forma só estão alimentando futuros conflitos como o do Peru e Equador.

Concordando em parte com estes argumentos, o ex-chanceler peruano José de la Puente atribui a retomada dos combates entre Peru e Equador à descoberta de jazidas de petróleo, urânio e ouro nos territórios do sul do rio Cénepa, o que explicaria a reivindicação territorial equatoriana.

Jornais de Lima, por sua vez, denunciaram um relatório confidencial do secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, que explica o conflito como uma ação visando a desviar o foco de atenção da opinião pública equatoriana, sumamente crítica à gestão do presidente Sixto Durán-Ballen (nos dias que antecederam o confronto, seu índice de popularidade estaria abaixo dos dez por cento).

Seja qual for a verdadeira causa, todos os analistas coincidem em assinalar que não se trata de uma disputa superficial, nem fácil de solucionar, como queriam dar a entender alguns comentários publicados na imprensa. Pelo contrário, os antecedentes históricos mais distantes mostram uma enorme complexidade de fatores, que se somam à inércia histórica e às dificuldades geográficas que a natureza apresenta nesta região.

Impacto negativo - Além dos prejuízos que a guerra trará para ambas as economias, deve somar-se o impacto negativo que pode ter para toda a América Latina em termos de fluxos de investimentos de capital. Justamente quando todos os países do continente se esforçam em explicar que a tormenta financeira do México não deverá necessariamente expandir-se aos demais, Equador e Peru acrescentam um novo dado contra a imagem da estabilidade que a região pretende mostrar.

O Acordo de Cartagena, mais conhecido como Pacto Andino, foi pensado no início, na década de 60, como o mais ambicioso processo de integração latino-americano, reunindo seis países que tinham entre si múltiplos conflitos de soberania.

Estes acordos, no entanto, foram gradualmente perdendo velocidade, significado e Estados membros. E não obstante haver chegado a estabelecer uma União Aduaneira, foram incapazes de gerar os laços econômicos, comerciais, sociais e políticos que pudessem deixar os conflitos de soberania em segundo plano, em função de outras conquistas prioritárias. Depois dessa guerra, certamente será muito mais difícil "remontar" o Acordo de Cartagena.

O que aconteceu com o Pacto Andino, no Acordo de Cartagena, no coração dos países bolivarianos, leva à reflexão sobre o papel que podem desempenhar os processos de integração como amortecedores de tensões políticas e militares resultantes de disputas fronteiri-

ças. O Mercosul deve ser reconhecido como um exemplo oposto ao que ocorreu no Acordo de Cartagena. Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai não só superaram as feridas deixadas pela guerra do Paraguai, como contam com acordos de cooperação nuclear e militar que praticamente afastam as possibilidades de conflito antes existentes entre os países do Mercosul.

A integração conseguida entre aqueles quatro Estados, em grande parte contra os interesses extra-regionais que não desejam a união dos países latino-americanos, deve ser mantida e fortalecida com o futuro ingresso do Chile e da Bolívia. Porque quando os países perceberem os benefícios que os processos de integração podem trazer, em termos de desenvolvimento econômico, fortalecimento das democracias e da justiça social, os conflitos de soberania poderão ser mais facilmente negociados, no âmbito da diplomacia, um espaço do qual nunca deveriam ter saído.

(Marcelo Montenegro)